Relatório de pesquisas participativas em Pongara

Rapport recherches participatives à Pongara

Libreville, Gabão, Abril de 2010 MODO DE VIDA E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS PELOS COMUNIDADES QUE VIVEM DENTRO E NA PERIFERIA DO PARQUE NACIONAL DE PONGARA: CASO DAS VILAS MAKOK, OVENG, POINTE-DENIS, EBELLO, MATEK MAVI, BISSO BINAM E CHINCHOUA final «Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei a eles relativos» “apoiando a participação da comunidade no desenvolvimento da legislação de áreas protegidas em Gabão”

-- 1 de 44 --

Relatório final produzido por DJINANG Martial (Chefe de Projeto, Brainforest) MEYE Olivier (Assistente, Brainforest) AOUBA Raphael (Aventura Sem Fronteiras) ©julho de 2010 BRainfoRESt Bairro Ambowé, B.P : 23 749 Libreville – Tel : 07 97 84 25 E-mail : info@brain-forest.org – www.brain-forest.org N° registro: 00265/MISPD/SG/CT - NIF: 89616C As opiniões expressas, as informações apresentadas neste relatório não constituem de forma alguma a expressão da opinião dos doadores e são de responsabilidade da Brainforest ® 2 «Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei a eles relativos» Relatório das pesquisas participativas em Pongara

-- 2 de 44 --

3 SUMÁRIO I.INTRODUÇÃO .....

.....5 II. OBJETIVOS DO
TRABALHO .....7 III. METODOLOGIAS
ADOTADAS 8
IV.DIFICULDADES
ENCONTRADAS .....11 V. ALGUNS DADOS SOCIOECONÔMICOS / CONHECIMENTOS SOBRE AS COMUNIDADES ENVOLVIDAS .....12 VI.AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO ATUAL DAS COMUNIDADES NA GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DE PONGARA .....32 VII. AS PRINCIPAIS AMEAÇAS QUE PESAM SOBRE OS RECURSOS DO PARQUE NACIONAL .....37 VIII.RECOMENDAÇÕES / HIPÓTESES DE
SOLUÇÕES 39

-- 3 de 44 --

4 «Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei a eles relativos» Relatório das pesquisas participativas em Pongara

-- 4 de 44 --

5 Introdução i. Introdução Segundo Grazia (1997), a «gestão participativa» ou «cogestão das áreas protegidas» é uma forma de parceria que permite aos diferentes atores envolvidos na preservação da natureza compartilhar funções, direitos e responsabilidades na gestão de um território ou de uma gama de recursos que gozam de um status de proteção. Este conceito nasceu dos fracassos do passado na política de conservação da fauna e flora dos países em desenvolvimento, baseada na proteção integral, sem exploração. Em seu relatório sobre a expertise antropológica do programa ECOFAC (Ecossistemas Florestais da África Central), Joiris (1996) estima que essa gestão participativa deve variar conforme as áreas protegidas, os contextos culturais e políticos dos diferentes povos. Há muito tempo, particularmente na África,

o Estado manteve o monopólio da gestão dos recursos florestais (fauna e flora). As áreas protegidas atuais foram criados na sua maioria, sem o verdadeiro consentimento das populações envolvidas. Diante dos fracassos das metodologias de conservação da biodiversidade muito clássicas, a situa- tão evoluiu positivamente nos últimos anos. Segundo essa concepção, a gestão dos ecossistemas da bacia do Congo só pode ser sustentável se for feita no âmbito de uma parceria envolvendo todas as partes interessadas, especialmente as populações locais, para que contribuam para a preservação de um ambiente que constitui também seu capital (Gami, 2000). O profundo desconhecimento das realidades das populações florestais e, por conseguinte, das relações extremamente complexas que as unem ao seu meio, explicam, em nossa opinião, uma boa parte dos fracassos e das dificuldades em encontrar estratégias mais frutíferas (Bahuchet e Maret, 2000). É com o objetivo de contribuir para a gestão sustentável dos recursos naturais de nosso país que a organização Brainforest iniciou desde o ano passado um projeto cujo objetivo final é, a longo prazo, chegar entre os diferentes atores envolvidos, a um sistema de gestão consertada dos recursos naturais dos parques nacionais de Gabão.

-- 5 de 44 --

6 «Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei a eles relativos» Relatório das pesquisas participativas em Pongara As presentes pesquisas participativas foram realizadas no âmbito deste projeto e especificamente junto às comunidades de algumas das vilas situadas dentro e na periferia do parque nacional e das autoridades administrativas e gestoras do parque de Pongara. Situado na província do Estuário e mais precisamente no Departamento do Komo Oceano, o parque nacional de Pongara faz parte da rede dos 13 parques nacionais criados pelo falecido Presidente Omar BONGO em Agosto de 2002. Parque marinho assim como os parques nacionais de Mayumba, Loango e da Mouka- laba-Doudou, Pongara cobre uma área de 92.969 ha e está separado de Libreville, a capital política do Gabão, por um estuário de aproximadamente 14 Km de largura. Pongara é conhecido pela presença em suas terras de numerosos operadores econômicos especializados no setor do ecoturismo. O local também se caracteriza pela presença de antigos canteiros de exploração florestal em grande escala e pela existência atual de alguns canteiros especializados em cortes ditos «familiares». A área também é objeto de uma forte extração de recursos faunísticos e halieúticos tanto para fins de comercialização quanto de consumo por parte das comunidades locais e de outros atores que atuam na área. O Parque e seus arredores são habitados por comunidades de origens diversas e representam os grupos étnicos como os Fang, os Mpongwé, os Punu, os Vungu, os Gui- zir e os Bahumbu espalhados por vilas como: Pointe-Dénis, Mateck-Mavi, Chinchoua, Oveng, Ebello, Atonda Simba, Alarmekeh, Makok. Algumas comunidades estrangeiras de países como Guiné Equatorial, Nigéria, Benin também habitam essa região. Como é de praxe em tais circunstâncias para os gestores de Áreas Pro- tegidas que estão em contextos marcados pela presença humana, a Agência Nacional dos Parques Nacionais do Gabão deve enfrentar a importante questão da conciliação dos direitos das comunidades com as necessidades de conservação dos recursos na- turais do parque. Essa questão é ainda mais importante uma vez que está estabelecido que, além das comunidades, outros atores externos exercem ameaças reais sobre os recursos de Pongara e seus arredores.

-- 6 de 44 --

7 Objetivos do trabalho ii. OBJETIVOS DO TRABALHO Através dessas pesquisas participativas, buscamos alcançar os seguintes objetivos: – Coletar dados relevantes sobre as comunidades envolvidas que permitam conhecer suas principais atividades realizadas na floresta e seu modo de gestão dos recursos naturais; – Fazer uma avaliação atual da implicação das comunidades na gestão do parque nacional de Pongara; – Destacar as principais ameaças que pesam sobre os

recursos do parque nacional de Pongara; – Trocar com as autoridades administrativas sobre os pontos acima mencionados: Conservador do parque, autoridades administrativas e tradicionais; – Refletir com os diferentes atores sobre as possíveis soluções a serem consideradas para a implementação de um quadro de gestão concertada que permita verdadeiramente chegar à gestão sustentável dos recursos do parque nacional de Pongara.

8 «Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei a eles relativos» Relatório das pesquisas participativas em Pongara iii. METODOLOGIAS ADOTADAS No âmbito de nossas pesquisas participativas, nos apoiamos previamente no relatório elaborado por nosso parceiro Aventura Sem Fronteiras (ASF), que trata sobre a gestão local dos recursos naturais no parque nacional de Pongara e cuja leitura nos permitiu nos familiarizar não apenas com as práticas, mas também com os diferentes desafios relacionados à gestão dos recursos do parque. Em seguida, foi questão no âmbito de nosso trabalho insistir em elementos relacionados à posse da terra, as modalidades relativas ao acesso e à gestão dos recursos naturais e a atual implicação das comunidades na gestão do parque. Por fim, abordamos a questão do sistema de gestão que permitiria envolver todos os atores minimizando de forma substancial os efeitos perversos sobre a biodiversidade. A equipe do projeto implementou as seguintes etapas: junto às comunidades envolvidas A equipe permaneceu nas diferentes vilas visitadas durante a duração dos trabalhos. Os dados foram coletados com base em trocas com os membros das comunidades envolvidas sob a forma de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas. Junto às autoridades administrativas e eleitos locais do Departamento do Komo Oceano (o Prefeito, o Presidente do Conselho Departamental, o Deputado, o Conservador do Parque Nacional de Pongara); autoridades tradicionais Considerando que as instituições administrativas estão baseadas em Libreville, não foi possível para nós durante nossa visita encontrar as autoridades envolvidas. No entanto, esse trabalho foi feito posteriormente. O Conservador do Parque Nacional de Pongara, Sr. Eric OGOWET, foi encontrado e participou do workshop de reciclagem e formação dos facilitadores organizado no âmbito do projeto de mapeamento participativo. Para este último, o projeto é uma oportunidade e se alinha diretamente com as ações previstas pela Agência Nacional

9 Metodologias adotadas dos Parques Nacionais e cujo objetivo final é, a longo prazo, harmonizar as intervenções dos diferentes atores na gestão dos parques nacionais e das zonas periféricas. À nossa organização, será recomendada a realização de um trabalho de qualidade na base, levando em conta as ações em curso e futuras da ANPN. Ele também nos recomendará a trabalhar no sentido de continuar nossas atividades além da duração muito limitada do pro- jeto, a fim de realmente alcançar os objetivos esperados de gestão sustentável dos re- sultados do parque nacional de Pongara. Ele insistirá, em última análise, sobre o caráter construtivo que devem ter nossos diferentes trabalhos e a dinâmica de compartilhamento de informações a ser instaurada com a ANPN. Ainda no capítulo das personalidades encontradas, conseguimos uma audiência com a guardiã das tradições ancestrais da Pointe-Denis, na pessoa da princesa, neta do Rei Dénis Rapotchombo. Durante essa conversa, que consideramos bastante frutífera, a princesa voltou a um certo número de preocupações bastante pungentes que traduzem suficientemente o mal-estar das comunidades da Pointe-Denis. Essas preocupações se resumem ao seguinte: – Por que as crianças da Pointe-Denis não fazem parte do corpo de eco-guardas estabelecido para o parque nacional? – Minha exploração artesanal de madeira foi interrompida, mas por que não a realizada pela Gabon Environnement? Existem dois Gabões com leis que variam de uma pessoa para outra? – Do que devemos viver se nos proíbem a prática de nossas atividades cotidianas?

-- 9 de 44 --

10 "Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei a esse respeito" Relatório das pesquisas participativas em Pongara Além das questões levantadas, a princesa insistiu na necessidade de que a ANPN e as diferentes ONGs que atuam em Pongara iniciem, com as comunidades e o mais rápido possível, um verdadeiro diálogo para que a situação atual possa encontrar uma solução favorável. Embora ela estime que muito ainda precisa ser feito, a princesa encorajou a iniciativa empreendida nesse sentido pela ANPN através da realização de uma reunião de informação pelo conservador do parque nacional de Pongara. Com as organizações de proteção ambiental e defesa dos direitos das comunidades, atuando na área (Aventura Sem Fronteiras e Ariga) Em relação à Aventura Sem Fronteiras, além da exploração do relatório de seu estudo sobre "A Gestão Local dos Recursos Naturais do Parque Nacional de Pongara", um de seus membros, na pessoa de Raphaël AOUBA, participou da presente missão de coleta de dados. Melhor ainda, considerando que ele tinha um melhor conhecimento da área de atividades e das comunidades envolvidas, foi-lhe dada a responsabilidade de gerenciar a equipe da missão. Nesse sentido, ele facilitou os trabalhos do grupo durante toda a duração da missão. Quanto à associação Ariga, tivemos intercâmbios desde Libreville com seu presidente, o Sr. ATISSO, que abordou, aliás, o aspecto da consideração dos direitos das com- unidades na gestão dos parques nacionais. Este último voltou-se longamente para as falhas da reunião de zoneamento organizada em abril de 2009 pela ANPN e justificou esse mau desempenho pela ausência de envolvimento na base e de consulta pré-alável das comunidades. As preocupações do Sr. ATYSSO dizem respeito principalmente às questões da continuidade das atividades diárias pelas comunidades, à ausência de medidas compensatórias em lugar das restrições impostas devido à elevação de uma parte dos territórios comunitários a parque nacional, à ausência de um quadro formal de diálogo entre os gestores do parque nacional e as comunidades locais.

-- 10 de 44 --

11 Dificuldades encontradas iV. DIFICULDADES ENCONTRADAS Durante a condução desta atividade de campo, tivemos que enfrentar duas principais dificuldades relativas, por um lado, à disponibilidade dos membros das comunidades, e doutro lado, às restrições logísticas. Quanto à disponibilidade das comunidades, é preciso dizer que ela está ligada ao modo de vida delas. De fato, a particularidade das aldeias visitadas decorre do fato de que muitos dos seus membros vivem entre suas aldeias respectivas e Libreville. Essa é a razão pela qual, apesar das cartas de informação enviadas, algumas aldeias estavam desertas. A segunda dificuldade, por sua vez, foi de ordem logística. De fato, considerando que o barco disponibilizado para nós também deveria servir ao transporte das diferentes equipes que atuam no âmbito da coleta de dados do projeto de mapeamento participativo na bacia do Congo (Projeto do qual nossa organização é o ponto focal no Gabão), nem sempre foi fácil respeitar o programa previamente estabelecido. Outra dificuldade decorre do fato de que, apesar da duração de nossa estadia, não foi possível para nós entrar em contato com alguns proprietários da Pointe-Denis que possuem títulos de propriedade sobre terrenos localizados dentro do parque nacional de Pongara. De fato, é uma questão bastante sensível sobre a qual a ANPN deverá necessariamente se debruçar.

-- 11 de 44 --

12 "Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei a esse respeito" Relatório das pesquisas participativas em Pongara V. ALGUNS DADOS SOCIOECONÔMICOS / CONHECIMENTOS SOBRE AS COMUNIDADES ENVOLVIDAS V.1 Histórico da criação das aldeias1 Foi por volta do século XVI que os historiadores situam a chegada dos primeiros povos na região do estuário do Gabão. No início do século XIX, após vários ciclos de mi- grigações, a região era etnicamente composta pelos Mpongwé, Benga, Séké,

Bakélé. Foi somente na segunda metade desse século que se nota a grande onda migratória dos Fang. Esclareçamos, no entanto, que esses povos foram precedidos pelos pigmeus, cuja presença remonta a muito tempo. Os Fang, com o objetivo de alcançar a costa onde existia uma questão comercial, vão se repartir por toda a região em detrimento dos povos vizinhos, que foram forçados, seja a continuar sua migração (Mpongwé, Benga, Séké, Bakélé), seja a se agrupar na região sob a influência do Rei Denis Rapotchombo. Foi durante essas grandes ondas migratórias que alguns clãs se sedentaram, criando aldeias ao longo do trajeto. Assim, por volta do final da segunda metade do século XIX, a quase totalidade do interior da região costeira, notadamente a margem esquerda do Es- tuário, é de predominância etno-linguística Fang. É nesse contexto que o governo colonial francês cria em 1946 um parque na- tional na região central de Lopé-Okanda, seguido dez anos depois (1956) pela implementação de uma vasta rede de três reservas de fauna na região das savanas litorais de Wonga-Wongué. Paralelamente, assiste-se ao agrupamento das aldeias da margem esquerda do Estuário e a um considerável crescimento da exploração florestal na região. Após as independências (1962), uma série de decretos modifica e completa essa rede. Assim, em 1972, a área de exploração racional de fauna (AERF) de Wonga-Wongué devém uma reserva presidencial. 1 Fonte: ASF no Relatório sobre a Gestão Local dos Recursos Naturais do Parque Nacional de Pongara

13 Alguns dados socioeconômicos / conhecimentos sobre as comunidades envolvidas A criação da reserva presidencial, os agrupamentos das aldeias e, sobretudo, a ex- ploração florestal modificaram consideravelmente a distribuição espacial das aldeias. Assim, as pequenas aldeias e aquelas distantes dos eixos rodoviários serão abandonadas em favor das aldeias mais populosas e/ou situadas nas proximidades dos canteiros florestais. Uma visão de seu histórico nos permite afirmar que a criação da quase totalidade das aldeias é anterior à elevação dessa zona a Parque Nacional. V.2 Composição étnica e densidade populacional2 A conjugação de elementos como a criação da reserva presidencial, os agrupamentos das aldeias, os projetos agrícolas e, sobretudo, a exploração florestal é a origem da modificação considerável da distribuição espacial das aldeias da margem esquerda do Estuário. De fato, a grande necessidade de mão de obra que as atividades econômicas da região exigiam permitiu o surgimento de uma mão de obra oriunda de outras regiões do país. Esse aporte de mão de obra, assim como as atividades conexas à exploração (a agri- cultura com o objetivo de abastecer os canteiros florestais) e os agrupamentos das aldeias terão como principais consequências um aumento da população, uma mistura étnica e o desaparecimento de algumas aldeias. No entanto, também é importante esclarecer que os efeitos combinados do boom petrolífero do final da década de 1970 e o êxodo rural motivado pelo fechamento das explorações florestais são a origem da configuração demográfica e étnica atual. 2 Fonte: ASF no Relatório sobre a Gestão Local dos Recursos Naturais no Parque Nacional de Pongara

14 "Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei a esse respeito" Relatório das pesquisas participativas em Pongara Dessa forma, distinguir-se-á nas aldeias dois tipos de populações: – Os autóctones; – Os estrangeiros que são ou gaboneses oriundos de outras regiões do país, ou expatriados. Em muitos casos, uma parte dos gaboneses oriundos de outras regiões do país se sedentariza e é, atualmente, confundida com as populações locais. É esse caráter cosmopolita que encontramos atualmente nas aldeias situadas na periferia ou dentro do parque nacional de Pongara, com aldeias habitadas em sua maioria por residentes permanentes alógenos. No entanto, mesmo que se constate o surgimento de novas aldeias na margem esquerda do Estuário, a proporção de indivíduos residentes permanentes está em clara regressão. De fato, para esses últimos, a casa da aldeia é,

na maioria das vezes, uma residência secundária e a estadia na aldeia, uma oportunidade para recuperar a saúde econômica através da prática de algumas atividades geradoras de renda. Essas aldeias são, na realidade, pouco povoadas de forma permanente: muitos ativos vão regularmente buscar na outra margem infraestruturas básicas e ofertas de empregos. É importante também esclarecer que essa realidade varia de uma comunidade para outra e depende muito das diferentes circunstâncias. Lembremos que a Pointe-Denis foi criada pelos clãs da etnia Mpongwé e os descendentes destes ainda estão representados. A distribuição da população atual mostra que a Pointe-Denis é a aldeia mais povoada da margem esquerda do Estuário, devido à sua natureza de estação balneária. Portanto, são os trabalhadores (guardas), das residências secundárias, na maioria africanos ocidentais, que constituem mais da metade dos residentes da Pointe-Denis e que são, além disso, residentes não permanentes. Outra parte da população é constituída por ganenses, beninenses e togoleses. Essas populações, cujos membros estão perfeitamente integrados, são residentes permanentes. Finalmente, uma ínfima parte da população residente é constituída por autóctones.

15 Alguns dados socioeconômicos / conhecimentos sobre as comunidades afetadas Além disso, é importante ressaltar que, com exceção de Pointe-Denis e Ebelo, os estrangeiros dos vilarejos da margem esquerda são, em sua maioria, Fang da Guiné Equatorial. Por outro lado, embora a maioria desses vilarejos seja monoétnica, encontramos groupos alóctones perfeitamente integrados. Portanto, existe uma heterogeneidade étnica nos vilarejos. V.3 As infraestruturas coletivas e sua efetividade3 Embora seja fácil constatar a existência de algumas raras infraestruturas sociais básicas nos vilarejos, seu bom funcionamento nem sempre é garantido. Saúde O acesso à saúde é uma preocupação principal para todas as comunidades da Margem Esquerda. Dos vilarejos visitados, apenas Chinchoua possui um dispensário. Mal- felizmente, este dispensário não está funcional devido à ausência de enfermeira e/ou ao fornecimento de medicamentos. Além disso, uma parte do prédio é frequentemente requisitada para servir como moradia ou abrigo temporário. Dada a degradação sofrida pelo dispensário, que foi deixado ao abandono, ele necessita de obras de reabilitação antes de ser colocado em funcionamento. Nesses vilarejos, a automedicação é uma prática comum entre as populações. Elas só recorrem aos serviços de saúde da Capital em caso de complicações ou de casos graves. Escola Não existe nenhuma escola ou instituição de ensino secundário em todos os vilarejos da margem esquerda do Estuário. Essa situação explica, aliás, o baixo número de habitantes nos vilarejos durante o ano acadêmico. 3 As infraestruturas coletivas e sua efetividade

16 "Facilitar a participação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei relacionados" Relatório das pesquisas participativas em Pongara Água A ausência de uma rede oficial de distribuição de água nos vilarejos obriga as popula- tions a recorrerem a bombas hidráulicas, fontes de água próximas aos vilarejos e poços. Observamos bombas hidráulicas em Mateck-Mavi, Bissobinam e Chinchoua. Eletricidade Em todos os vilarejos visitados, as populações utilizam geradores para se iluminar e, na falta destes, lâmpadas a petróleo são usadas. O capital social: grupos comunitários Os grupos formais e informais em nível comunitário Com exceção de Pointe-Denis, onde conseguimos contar duas ONGs, a saber, ARIGA e os Amigos do Litoral, não existem outras nos demais vilarejos. V.4 As economias comunitárias no presente e no futuro4 A vida das populações locais é regulada pela prática de várias atividades que são ao mesmo tempo de subsistência e econômicas. A maioria dessas atividades é mista porque é exercida tanto por homens quanto por mulheres. No entanto, existe uma cate- gorizaçãodas atividades de acordo com o sexo. Por fim, enquanto algumas atividades são praticadas de forma sazonal, outras são realizadas anualmente. Além

disso, é importante ressaltar que todas as atividades geradoras de recursos financeiros para as populações que vivem dentro e na periferia do parque têm como denominadores comuns a floresta e os cursos d'água. Assim, para os Fang e os Mpongwé, que são os indígenas, a apropriação da floresta é de natureza linageira, enquanto as outras etnias se apropriaram dos espaços livres de qualquer ocupação. Independentemente do modo d'ocupação das terras, todos percebem a floresta como uma fonte de sustento. 4 Fonte: ASF no Relatório sobre a Gestão Local dos Recursos Naturais no Parque Nacional de Pongara

17 Alguns dados socioeconômicos / conhecimentos sobre as comunidades afetadas A agricultura de subsistência e comercial Nos vilarejos, a agricultura é uma atividade praticada tanto por homens quanto por mulheres. Observa-se aqui uma divisão de papéis entre homens e mulheres segundo as etapas da atividade agrícola. A banana-da-terra e os tubérculos de mandioca são as principais culturas produzidas pelos agricultores, às quais eles associam legumes. Como as ferramentas são rudimentares (facão, machado, enxada...), a mão de obra é quase ausente e os animais devastam as culturas, as áreas cultivadas são relativamente pequenas. A prática da atividade agrícola mostra que as principais culturas plantadas são a banana-da-terra e os tubérculos de mandioca. A essas culturas principais são associadas ou a berinjela, ou o taro ou ainda o milho. A essas culturas tradicionais, os agricultores de Oveng associam árvores frutíferas, especialmente mangueiras que colonizam os vilarejos mencionados. Com exceção de Pointe-Denis e Mackok, a agricultura é praticada na totalidade dos vilarejos visitados. De fato, enquanto as populações de Pointe-Denis justificam essa situação pela falta de espaços cultiváveis devido à criação do Parque em suas terras, as de Makok mencionam a presença de animais devastadores de plantações, notadamente os elefantes. De maneira geral, a ocupação das terras destinadas às práticas agrícolas ocorre dentro das terras familiares ou clânicas. Na maioria das vezes, os campos formam uma cintura agrícola que não ultrapassa cinco quilômetros ao redor do vilarejo. No entanto, os espaços cultivados não têm as mesmas dimensões, dependendo se as colheitas são destinadas à autoconsumo ou à venda. De fato, os espaços nos quais quase toda a produção é destinada à venda são de superfícies consideráveis. Esse é o caso em Mateck-Mavi e Ebelo/Ayem.

18 "Facilitar a participação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei relacionados" Relatório das pesquisas participativas em Pongara O conflito entre os agricultores e os animais devastadores dos campos. A prática da agricultura nos vilarejos está sujeita a várias restrições, tais como as destruições ocasionadas pelos animais. De fato, estando localizados fora dos limites dos vilarejos, nas bordas das florestas, os campos frequentemente sofrem ataques de animais que causam enormes danos às culturas. Em primeiro lugar entre os animais devastadores, as comunidades identificam o elefante. Este é unanimemente designado como uma praga pelos agricultores originários de Bis- sobinam, Ebelo, Makok e Mateck-Mavi. Ao elefante se juntam, em primeiro lugar, o grupo de pequenos mamíferos formado pelo ouriço e o porco-espinho (Mateck-Mavi, Bisso- binam, Ebelo), depois o Sitatunga (Mateck-Mavi, Bissobinam, Chinchoua) e finalmente o potamo- chê (Chinchoua). A prática da pecuária Embora essa atividade seja praticada pela quase totalidade dos vilarejos, ela ocupa todavia um lugar marginal. Os animais envolvidos são principalmente as aves, especialmente as galinhas que se encontram em todos os vilarejos. À avicultura são adicionados os ovinos, ovelhas e cabras, que encontramos em Pointe-Denis, Ebelo/Ayem e Makok. Todos esses animais são criados ao ar livre, sem cercas ou instalações especiais, expondo-os, portanto, a epidemias e, principalmente, a predadores (corujas, raposas, serpentes...). Vale ressaltar que, em geral, o produto da pecuária não é destinado à venda, esse é autoconsumido, utilizado em

cerimônias (tratamento com um curandeiro, lutos, nascimentos, casamentos...) ou oferecido a convidados de honra. A pesca de subsistência e comercial Nos vilarejos da margem esquerda, a pesca é uma atividade mista que ocorre durante todo o ano. De maneira geral, seja praticada por homens ou mulheres, independentemente da estação e do destino do produto, observamos vários tipos de pesca segundo o local da atividade e os instrumentos utilizados.

19 Alguns dados socioeconômicos / conhecimentos sobre as comunidades afetadas Tabela 1: A pesca artesanal e comercial Vilarejos Modos de pesca Principais peixes pescados Tipos de pesca Principais atores Principal destino do peixe Zona de pesca Estações Acesso logístico Pointe-Denis Rede: "Ti- ré-Tiré", Vara, Palangre Diurno Homens Venda Komo, Fachada atlântica An- ual Canoe de fabricação local e/ou motorizada A pé Mateck- MaVi Anzóis Vara, Rede Palangre Diurno Homens Autocon- sumo O Gongoué An- ual Canoe de fabricação local BissoBinaM Anzóis Rede, Armadilha Barragem, Vara Diurno Misto Autocon- sumo Braço do Gongoué, Rios interiores An- ual Canoe de fabricação local A pé chinchoua Linha de fundo Anzol Barragem, Armadilha Capitão, Vermelho, Raia, Machado, Bar, Sole, Bos- su... Camarões Diurno Misto Venda A Remboué A Mbila- gone An- ual Canoe de fabricação local e/ou motorizada A pé eBelo/ ayeMe Rede, Armadilha Anzol Barragem Misto oVeng Rede, Vara Diurno Homem Autocon- sumo An- ual Canoe de fabricação local Makok/ MfoulezeM D N C D N C D N C D N C D N C D N C D N C D N C Fonte: R. Aouba, Aventura Sem Fronteiras Legenda: D N C = Dados não comunicados Do quadro acima, conclui-se que a pesca é uma atividade praticada na quase totalidade dos vilarejos da margem esquerda do Estuário, com diferenças quanto às finalidades e aos tipos de materiais utilizados. Assim, a pesca com rede e/ou com trêmulo é o modo de pesca praticado em quase todos os vilarejos. Um dos instrumentos mais utilizados pelos pescadores é a vara, com exceção de Chinchoua. No entanto, nesses vilarejos, os pescadores utilizam uma espécie de variante na medida em que

20 "Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei a eles relativos" Relatório das pesquisas participativas em Pongara Em vez de ter uma vara, estes últimos seguram a linha à mão e pescam com os braços estendidos. Esse é o caso em Mateck-Mavi, Bissobinam e Chinchoua. Também acontece, como é o caso em Chinchoua, Bissobinam e Ebelo/Ayem, que os pescadores amarram a linha de pesca diretamente nos galhos de mangue. A rede e a barreira são quase sempre utilizadas simultaneamente e seu uso é feito pelos pescadores de Bissobinam, Chinchoua e Ebelo/Ayem. De maneira geral, quase todos os vilarejos praticam a pesca durante o dia. A pesca é uma atividade predominantemente masculina nos vilarejos da margem esquerda; No entanto, dependendo do modo, do produto capturado e do destino deste, observa-se a participação das mulheres, especialmente na estação seca. Esse é o caso em Bissobinam, Chinchoua, Ebelo/Ayem. Na medida em que, na maioria dos vilarejos, o produto capturado durante as pescarias é exclusivamente destinado ao consumo, pode-se afirmar sem risco de erro que as comunidades praticam primeiramente uma pesca de subsistência; embora a tendência seja inversa nos vilarejos de Pointe-Denis e Chinchoua, pois o produto da pesca é principalmente vendido no mercado de Oloumi. A caça de subsistência e comercial Embora praticada inicialmente para fins de autoconsumo, essa atividade aparece como a principal fonte de renda para as populações locais. Ela é praticada durante todo o ano e os homens são os principais atores. A caça ocorre tanto de dia quanto de noite, com uma preferência pela caça noturna. As comunidades geralmente praticam dois tipos de caça: a grande e a pequena caça. Os principais ferramentas de caça utilizadas são a espingarda de calibre 12 e as armadilhas. Aqui, a parte reservada para a venda é considerável, mesmo que uma parte não negligenciável seja destinada ao autoconsumo nos vilarejos e pelas famílias deixadas

em Libreville: devido às suas características, é uma caça antes de tudo comercial.

-- 20 de 44 --

21 Alguns dados socioeconômicos / conhecimentos sobre as comunidades envolvidas Além disso, integrando um ciclo de atividade que inclui, entre outras, os trabalhos agrícolas e a pesca artesanal; o comércio de carne de caça (e com ela, a caça) é praticado em todas as estações; melhor na estação das chuvas devido à abundância das capturas ou do abate do jogo. Tabela 2: A caça artesanal e comercial Vilarejos Modos de caça Tipos de caça Estações de caça Zona de caça Acesso logís- tico Principais animais abatidos Principais atores Principal destino do gênero Pointe-De- nis Inexistente ? Inexistente ? Inexistente ? Inexistente ? Inexistente ? Inexistente ? Inexistente ? Inexistente ? Mateck- MaVi Espingarda Armadilha Espingarda de preferência à noite; Armadilhas durante o dia Anual A pé Potamo- chêra, phalophes, Sitatunga; Porcos-espinhos/ Hérisson, Búfalo Homens Venda BissoBinaM Espingarda Armadilha Espingarda à noite Armadilhas durante o dia Anual A pé, Cano de fabricação local Potamo- chêra, phalophes, Sitatunga, Gato-das-orelhas, Porco-espinho, Braço da Gongoué, Rios interiores Homens Venda chinchoua Espingarda Armadilha Espingarda à noite Armadilhas durante o dia Anual A pé Cano de fabricação local Potamo- chêra, éphalophe, Sitatunga, Porco-espinho, Macaco Homens Venda eBelo/ ayeMe Espingarda Armadilha Espingarda à noite Armadilhas durante o dia Anual A pé Cano de fabricação local Homens Venda oVeng Armadilha Durante o dia Anual A pé Gato-das-orelhas, Porco-espinho, Hérisson Homens Autoconsom- mation Makok/ MfoulezeM Não com- unicadas D N C D N C D N C D N C D N C D N C D N C Fonte: R. Aouba, Legenda: D N C = Dados não comunicados Deste quadro, observa-se que homens de idade madura, -cuja faixa etária varia entre 35 e 45 anos- ex-empregados de empresas madeireiras e os mais jovens, com ou sem qualificação e principalmente sem empregos, são os principais atores da atividade de caça. Ela é

-- 21 de 44 --

22 "Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei a eles relativos" Relatório das pesquisas participativas em Pongara além disso a principal fonte de renda para a maioria das famílias da margem esquerda do Estuário. É, aliás, a razão pela qual é praticada durante todo o ano. De maneira geral, é importante ressaltar que a caça é praticada por e/ou para as comu- idades com o auxílio de espingardas e armadilhas. Além disso, a zona sendo costeira é caracterizada por uma infinidade de rios, afluentes e braços de rios. Assim, a caça é feita a pé e em canoa. As principais espécies em ordem de abate são: – Potamochère, Céphalophe, Sitatunga para os caçadores de Mateck-Mavi, Bissobinam, Chinchoua. – Porco-espinho/Hérisson, Céphalophe. Os animais mais caçados são, portanto, o Céphalophe, o casal Porco-espinho/Hérisson, o potamochère e o Sitatunga. Observa-se uma alternância em todos esses vilarejos entre o consumo e a venda do gi- bier, embora em alguns casos, a venda seja predominante. O corte artesanal e comercial Primeira região de exploração florestal do país, a história dos vilarejos da margem esquerda do Estuário se confunde com a da exploração. E frequentemente, essa atividade é a origem da distribuição espacial, étnica e demográfica dos vilarejos. As populações cortam para a construção das casas do vilarejo, em ocasiões de trabalhos agrícolas ou para fins comerciais. A atividade é exclusivamente masculina e é praticada em todas as estações, com uma preferência pela estação seca para facilitar a evacuação das tábuas que são trans- formadas no local. O transporte, por sua vez, é feito em duas etapas, às costas de homens (por- tadores) até o local de evacuação (desembarque provisório) e de barco.

-- 22 de 44 --

23 Alguns dados socioeconômicos / conhecimentos sobre as comunidades envolvidas Tabela 3:

O corte Vilarejos Espécies princi- pais Zonas de corte Ferramentas de pro- dução Principais ac- teurs Tipos de exploração Destino dos produtos Pointe-De- nis Okoumé, Madeiras diversas Do outro lado do rio Rogolié Serra elétrica A Princesa Florestas ancestrais (acesso em canoa) Venda, Construc- tion das casas Mateck- MaVi Okoumé Madeiras diversas Ao redor do vilarejo Serra elétrica (Locação) Homens do vilarejo Florestas familiares (acesso a pé) Construção das casas BissoBinaM Okoumé Madeiras diversas Ao redor do vilarejo, Ao longo das trilhas que levam a Odoko e Ndzomoe, Perto do antigo vil- lage. Inexistente O Chefe do vilarejo O Chefe recebe uma remuneração do explorador Venda chinchoua Okoumé Madeiras diversas Ao longo da Rem- boué (nas ilhas), Ao longo do Ayamé indo em direção a Mvang Ayong, Ao longo da Maga e da Bilangone Serra elétrica Notável do vilarejo Florestas familiares (acesso a pé e/ ou em canoa) Venda, Construção das casas eBelo/ ayeMe Okoumé Madeiras diversas Ao redor do vilarejo Serra elétrica O Chefe de canton Florestas familiares (acesso a pé) Venda, Construção das casas oVeng Inexistente Makok/ MfoulezeM Okoumé Madeiras diversas Ao longo do ri- vière Igombiné Inexistente O Chefe do vilarejo O Chefe recebe uma remuneração Venda Fonte: R. Aouba A madeira mais explorada pelos cortadores artesanais é: – O Okoumé (Aucoumea klaineana), De fato, para quase todos os cortadores da margem esquerda, o Okoumé é a principal madeira que eles cortam na floresta. Além disso, nesses vilarejos, todas as outras madeiras exploradas são designadas pela expressão "madeiras diversas" que, na verdade, é um nome ge- nerico dado a um conjunto de madeiras nas quais encontramos: – O Padouk (Pterocarpus soyauxii); – O Bilinga (Nauclea didderichii);

24 "Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei a eles relativos" Relatório das pesquisas participativas em Pongara – O Dibetou (Lovoa klaineana), – o Izombe (Testulea gabonensis); – O Bahia (Mitragyna ciliata); – O Eyoume (Dialum guineense); – O Douka (Mimusops africana) Observa-se nos vilarejos dois tipos de exploração, uma reservada ao consumo local e outra reservada à comercialização. No entanto, considerando os custos inerentes à prática dessa atividade, o aspecto comercial é principalmente o apanágio das personalidades importantes na comunidade. A atividade não beneficia toda a população. A atividade de corte é praticada tanto nos vilarejos situados dentro quanto nas periferias do PNP. Assim, os vilarejos situados dentro do parque que exploram a madeira são Chinchoua, Bissobinam, Mateck-Mavi, Ebelo/Ayem, Pointe-Denis e as zonas de exploração são re- partidas da seguinte forma: – Ao longo da Remboué e nas ilhas: Chinchoua – Ao longo do Ayamé: Chinchoua, – Ao longo da Maga: Chinchoua, – Ao longo da Bilangone: Chinchoua – Ao longo do rio Rogolié: Pointe-Denis – Nos arredores do vilarejo (não mais de 5 Km): Chinchoua, Atonda Simba, Bissobinam, Mateck-Mavi, Obélo/Ayem. – Nas trilhas que levam a Mateck-Mavie, Bissobinam. Enquanto o vilarejo situado fora e na periferia do PNP que pratica o corte ar- tisanal é: Makok/Mfoulezem. As zonas de exploração são repartidas da seguinte forma: – Ao longo do rio Igombiné – Nos arredores do vilarejo (não mais de 5 km)

25 Alguns dados socioeconômicos / conhecimentos sobre as comunidades envolvidas A coleta Para as populações locais, a coleta é uma atividade sazonal que consiste em pre- levar diferentes produtos florestais não-luminosos na floresta. Originalmente reservada às mulheres, os homens foram progressivamente se envolvendo nessa atividade. Tabela 4: A coleta Vilarejos Espécies principais Zona de coleta Principais atores Período de coleta Destino dos pro- dutos Pointe-De- nis Andock Nozes Nozes de palmeira Do outro lado do rio Rogolié As mulheres Frutificação (De- zembro-janeiro-fe-□vreiro ?) Autoconsumo eBelo Andock Nozes Atanga selvagem Nos arredores do vilarejo Ao lado dos cam- peamentos (de coleta e de caça) Homens e mulheres Frutificação (De- zembro-janeiro-fe-□vreiro ?) Venda oVeng Inexistente Inexistente Inexistente Inexistente

Autoconsumo Mateck- MaVi Andock Nozes Nozes de palmeira Nos arredores do vilarejo (nas plantations) Nas trilhas de caça Mulheres e Homens Frutificação (De- zembro-janeiro-fe- vreiro ?) Autoconsumo BissoBinaM Andock Nozes Atanga selvagem Nozes de palmeira Nos arredores do vilarejo (nas plantations) Nas trilhas de caça Homens e mulheres Frutificação (De- zembro-janeiro-fe- vreiro ?) Autoconsumo Makok/ MfoulezeM Inexistente Inexistente Inexistente Inexistente Inexistente chinchoua Andock Nozes Atanga selvagem Nozes de palmeira Nos arredores do vilarejo (nas plantations) Nas trilhas de caça Homens e mulheres Frutificação (De- zembro-janeiro- févereiro ?) Autoconsumo Fonte: R. Aouba

-- 25 de 44 --

26 «Facilitar a participação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração de textos de lei relacionados» Relatório das pesquisas participativas em Pongara A coleta é praticada em quase todas as aldeias, exceto em Oveng e Makok/Mfoulezem, onde a atividade é praticamente inexistente. Os produtos mais coletados são os seguintes: – O Andock (Irvingia gabonensis), – As avelãs (Coula edulis). – As nozes de palma. Além disso, na medida em que essa atividade depende do período de frutificação das árvores, por um lado, e por outro lado, a prática da coleta pelas populações é feita principalmente com o objetivo de obter um complemento alimentar, ela não ameaça realmente as espécies. Todas essas árvores frutíferas são selvagens e estão na floresta, portanto, fora das plantações (os agricultores nunca derrubam as árvores frutíferas que estão nas plantações ou nas proximidades), as mulheres (acompanhadas por homens) vão colher ou coletar frutas em áreas bem determinadas. Assim, para as aldeias situadas no interior do PNP temos: – Nos arredores da aldeia (nas plantações): Pointe-Denis, Ebelo, Mateck-Mavi, Bissobinam e Chinchoua. – Ao longo das trilhas e perto dos acampamentos de caça: Ebelo, Mateck-Mavi, Bissobinam e Chinchoua. Esclarecemos ainda que a coleta é uma atividade secundária na medida em que ela se distribui nas mesmas áreas e/ou se sobrepõe à caça e à agricultura. De fato, durante a frutificação, a coleta ocorre durante a caça e/ou as atividades agrícolas. Embora, em Ebelo, a maior parte dos produtos coletados seja destinada à venda, é importante dizer que a coleta é praticada por essas comunidades antes de tudo por razões alimentares.

-- 26 de 44 --

27 Alguns dados socioeconômicos / conhecimentos sobre as comunidades envolvidas V.5 Modo de gestão local dos espaços florestais e marítimos / Titulação de terras V.5.a. Abrangência espacial das atividades aldeãs 5 O estudo socioeconômico realizado no departamento de Komo Océan revelou a real abrangência das populações sobre o espaço por meio de várias de suas atividades. No entanto, é importante notar que essa pressão sobre o espaço varia conforme o tipo de atividades e conforme as aldeias. De maneira geral, todas essas aldeias se apropriam do espaço florestal e marítimo para quase as mesmas atividades, sendo as principais: a caça, a pesca, a agricultura, o corte de madeira, a coleta e a coleta; observam-se algumas áreas proibidas e as florestas sagradas que estão localizadas apenas em Pointe-Denis. Zona de vocação agrícola Essa zona corresponde tanto aos espaços cultivados quanto àqueles que poderiam ser cultivados pelas populações. Na maioria das aldeias, ainda existem amplos espaços propícios para a prática da atividade agrícola. Para todas as aldeias da margem esquerda do Estuário, a situação é quase idêntica. Em relação ao gradiente de apropriação do território para a agricultura, a zona de intervenção das populações é adjacente às aldeias. Isso por várias razões, que incluem: – A administração do parque (cf. as populações de Pointe-Denis); – A proximidade da Capital; – Os animais, especialmente o elefante, devastadores de culturas; – A falta de infraestrutura social básica; – O êxodo rural; – A idade avançada dos agricultores; – A qualidade dos solos; – O isolamento da zona. Assim, por todas essas razões não exaustivas, os espaços cultivados nas aldeias da 5 Fonte: ASF no Relatório sobre a Gestão Local dos Recursos

Naturais no Parque Nacional de Pongara

-- 27 de 44 --

28 «Facilitar a participação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração de textos de lei relacionados» Relatório das pesquisas participativas em Pongara margem esquerda estão localizados nas proximidades imediatas das aldeias (menos de 5km) e os campos se estendem sobre áreas muito pequenas. Não há, portanto, apropriação do espaço por várias comunidades. Cada comunidade se representa uma área bem distinta. Exceto pelas populações de Mateck-Mavi e Alarmeke que se apropriam do mesmo espaço. Zona de corte de madeira Atividade exclusivamente reservada aos homens, o corte de madeira é praticado na maioria das aldeias da margem esquerda. No entanto, ao contrário da caça, a taxa de envolvimento das populações permanece modesta, pois sua prática requer uma motosserra, que nem sempre está ao alcance de todos. Sua prática também é limitada em sua extensão espacial, mas tem uma zona de influência ligeiramente mais importante do que a da agricultura. Essa atividade é praticada ao longo dos afluentes do Komo, que são a Remboué, a Maga, a Ayamé e a Bilangone. O corte de madeira é praticado tanto em ilhotas quanto nas margens desses afluentes. No entanto, a extensão da zona e o respeito pelas florestas próximas das aldeias (Chinchoua) fazem com que praticamente não haja sobreposição das zonas de corte de madeira. A situação é idêntica tanto nas margens do afluente Igombiné (Makok/Mfoulezem) quanto em todas as aldeias da margem esquerda. As entrevistas com alguns indivíduos mostraram que o direito de derrubada nas proximidades das aldeias é regulamentado seja pela permissão do chefe da aldeia (Bissobinam, Makok- Mfoulezem), seja diretamente pelo proprietário do terreno (Chinchoua, Pointe-Denis, Ebelo/Ayame). Em definitiva, esclarecemos que as zonas de corte de madeira aqui catalogadas não são permanentes no tempo nem no espaço. Elas são, de fato, suscetíveis de serem modificadas conforme a vontade dos proprietários e dos exploradores. Zonas de caça De todas as atividades realizadas pelas comunidades que vivem dentro ou na periferia do PNP, a caça é a que apresenta tanto uma maior intensidade quanto uma muito ampla extensão espacial.

-- 28 de 44 --

29 Alguns dados socioeconômicos / conhecimentos sobre as comunidades envolvidas O gradiente de apropriação do espaço para a atividade cinegética pelos caçadores da margem esquerda do Estuário destaca o fato de que a caça cobre áreas florestais muito vastas. Observa-se, de fato, que várias zonas situadas tanto dentro quanto na periferia do parque são frequentadas pelas comunidades para a prática das atividades de caça. De fato, se a prática da caça é de baixa intensidade nas proximidades de Pointe-Denis, não é o caso em outras aldeias. Por outro lado, os caçadores dessas aldeias utilizam as antigas trilhas florestais para penetrar profundamente na floresta. Existe, de fato, uma rede de antigas trilhas que permite conectar várias aldeias às zonas de caça. Zona de pesca Considerando que a pesca é geralmente feita de maneira artesanal, as zonas de pesca estão muito próximas das margens das aldeias. No entanto, é importante mencionar que a extensão da zona de pesca se deve à presença permanente de pescadores comerciais da Capital nos afluentes do Komo (Remboué, Maga, Igombiné, Gongoué) e aos barcos de arrasto que pescam no parque e nas proximidades das margens das aldeias. A coleta e a coleta de mariscos e ovos de tartarugas Abstraindo a caça, a pesca, a agricultura e o corte de madeira, as populações locais praticam a coleta e outras atividades como a coleta de mariscos (Atonda Simba, Ebelo) e ovos de tartarugas marinhas (Pointe-Denis). É importante ressaltar que essas atividades não têm um impacto real na vida socioeconômica da comunidade aldeã, pois são praticadas por uma minoria. Além disso, a coleta, a coleta de mariscos e ovos de tartarugas marinhas são atividades sazonais. As populações dizem não poder se deslocar por longas distâncias apenas para a coleta (exceto em

Ebelo). É no caminho de volta da floresta que elas podem aproveitar essa atividade. É uma prática passageira, muitas vezes reservada ao consumo apenas como o chocolate indígena.

-- 29 de 44 --

30 «Facilitar a participação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração de textos de lei relacionados» Relatório das pesquisas participativas em Pongara V.5.b. As regras locais de acesso e uso dos recursos florestais Exceto em Pointe-Denis, onde algumas atividades estão subordinadas aos ritos e costumes que o chefe de linhagem ou de família faz respeitar em sua floresta ancestral, a prática das atividades humanas não é mais exclusiva do clã ou da família de origem nas aldeias, mesmo que os limites das florestas ancestrais ainda sejam conhecidos. Notamos, no entanto, que quaisquer que sejam as circunstâncias, a prática das atividades e a instalação na aldeia para pessoas que não possuem direitos ancestrais sobre as terras estão subordinadas à autorização prévia do proprietário do espaço em questão ou do chefe da aldeia. Quadros 5: As regras locais de acesso e uso dos recursos florestais Aldeias Caça Pesca Agricultura e coleta Corte de madeira Pointe-De- nis Autorização do chefe do clã ou da família para acessar os locais de caça Pesca livre para todos Autorização do proprietário das terras Autorização do chefe do clã ou da família para acessar a floresta eBelo Autorização do chefe Autorização de um membro da família e/ou as terras são alugadas (os preços variam entre 15.000 e 25.000 CFA/mês) Autorização do proprietário da floresta oVeng Caça livre Autorização do patrão Inexistente Mateck- MaVi Caça livre Autorização de um membro da família e/ou as terras são alugadas Autorização do chefe do clã ou da família para acessar a floresta BissoBinaM Caça livre Pesca livre Autorização do proprietário das terras Frutificação (Dezembro- janeiro-fevereiro ?) Makok/ MfoulezeM Caça livre Inexistente Autorização do chefe que recebe uma remuneração chinchoua Autorização do chefe do clã ou da família para acessar os locais de caça Autorização de um membro da família Autorização do pro- prietário das terras Autorização do chefe do clã ou da família

-- 30 de 44 --

31 Alguns dados socioeconômicos / conhecimentos sobre as comunidades envolvidas Na quase totalidade das aldeias (exceto Pointe-Denis), assim que a autorização para se instalar como residente junto ao chefe da aldeia, do clã, da família ou do proprietário dos locais é obtida, a prática das atividades de caça, pesca e coleta torna-se agora livre. Para a prática da agricultura, é aconselhável que os não nativos informem os proprietários com antecedência. O uso de armadilhas se beneficia, de uma forma ou de outra, dessa restrição. No entanto, no que diz respeito à prática do corte de madeira nas florestas ancestrais, é necessário um acordo entre os chefes das aldeias ou os proprietários e os cortadores. De fato, os cortadores artesanais devem solicitar e obter uma permissão (após um acordo financeiro na maioria das vezes) junto aos proprietários. É muito comum que uma porção de floresta seja alugada pelo chefe da aldeia. Nesse caso, este último recebe uma remuneração.

-- 31 de 44 --

32 «Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei a eles relativos» Relatório das pesquisas participativas em Pongara Vi. Avaliação da participação atual das comunidades na gestão do parque nacional de Pongara A gestão dos parques nacionais em Gabão tem como principal base legal a Lei n°003/2007 de 27 de agosto de 2007, relativa aos parques nacionais. Querendo se alinhar ao nível das convenções internacionais em matéria de gestão de recursos naturais e de Áreas Protegidas (Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, etc.), nosso legislador não fez concessões e, por isso, previu na lei sobre os parques várias disposições que materializam o princípio da implicação das comunidades no

processo de gestão dos parques nacionais. O número de disposições, assim como os elementos que se referem a essa participação, são bastante evocativos. De fato, através de seus artigos 2, 4, 7, 10, 15, 16,

17, 18, 19 e 21, a lei sobre os parques prevê elementos como: – o acesso à informação, educação e comunicação ambiental; – a criação, classificação e desclassificação, total ou parcial, de um parque nacional, levando em conta os direitos consuetudinários das comunidades locais e após consulta a elas; – a obrigação de consultar as comunidades locais para qualquer modificação dos limites de um parque nacional ou de sua zona periférica; – a autorização de um certo número de atividades no parque nacional, levando em consideração os imperativos de conservação do patrimônio natural e cultural, bem como os direitos de uso consuetudinários; – a formalização e o estabelecimento com as comunidades e outros atores de relações de gestão compartilhada dos recursos naturais nas zonas periféricas do parque nacional; – a liberdade nas zonas periféricas dos parques nacionais de exercer direitos de uso consuetudinários, notadamente a pesca, a caça, o abate e a captura de fauna silvestre, as atividades agrícolas e florestais, a coleta de plantas, a coleta de minerais ou fósseis, sujeito ao respeito das normas em vigor e, se necessário, das estipulações dos contratos de gestão de território ou do plano de gestão. – a criação de comitês consultivos de gestão locais dos parques previstos no artigo 44 da lei; – a possibilidade de celebrar contratos de gestão de território entre a administração de um parque nacional e as comunidades locais da zona periférica; – a obrigação imposta aos planos de gestão dos parques nacionais de levar em conta os usos e direitos consuetudinários dessas comunidades. À luz do que foi exposto, é forçoso constatar que os aspectos de participação das comunidades e a consideração de seus direitos de uso consuetudinários estão amplamente mencionados na lei. E quanto à prática? Na realidade, as primeiras tentativas de verdadeira implicação das comunidades no pro- cesso de gestão do parque nacional de Pongara remontam ao mês de abril de 2009 e mais precisamente no âmbito da elaboração do plano de gestão do parque nacional de Pongara. Na ocasião, a ANPN convidou os representantes e pessoas recursos das comunidades afetadas para a reunião de zoneamento do parque nacional de Pongara. Apesar do desfecho morno que se reconhece a esses trabalhos, pode-se, no entanto, congratular-se com o fato de que os marcos da participação das comunidades no processo foram, de fato, estabelecidos. A essa tentativa, pode-se acrescentar as reuniões de informação e de contato organizadas pela nova direção técnica e o novo conservador do parque nacional de Pongara. Pode-se também mencionar as numerosas perspectivas da ANPN em relação à adoção de uma abordagem participativa de trabalho, incluindo a iminente criação de um Comitê Consultivo de Gestão Local. Apesar dessas perspectivas bastante promissoras, as comunidades continuam a formular numerosas queixas em relação ao sistema atual de gestão do parque nacional. Nos últimos anos, as comunidades afirmam ter recebido muito poucas informações sobre a gestão do parque nacional, enquanto muitas delas continuam dependentes dos recursos que este abriga. As raras informações recebidas sobre isso vêm da ONG Aventura Sem Fronteiras que, às vezes, é forçada a substituir a administração. As comunidades, aliás, justificaram sua posição contundente observada durante a reunião de zoneamento de abril de 2009 pelo fato de que algumas delas dispunham de muito poucas informações sobre, notadamente, o conceito, os desafios e as oportunidades de um parque nacional. Outra queixa formulada em relação à administração do parque nas aldeias decorre do fato de que esta privilegia as restrições impostas às comunidades em detrimento da sensibilização e do desenvolvimento de atividades alternativas à caça. Na quase totalidade das aldeias visitadas, assistiu-se de forma recorrente aos comentários e discursos seguintes: «É na floresta

que tiramos tudo, se agora nos proíbem ainda de ir lá, como vamos viver e alimentar nossos filhos?» «Por que a nós, comunidades, é proibido cortar árvores, mas outras pessoas instaladas no parque têm essa permissão? Existe dois Gabões com leis que se aplicam a alguns e não a outros?»

-- 34 de 44 --

35 Avaliação da participação atual das comunidades na gestão do parque nacional de Pongara «Eu não sei nem onde o parque começa e onde termina. O que devo fazer para saber que em tal lugar estou no parque e em tal outro estou fora do parque?» «As pessoas do parque devem saber que não nos opomos a parar a caça e a pesca, mas o que nos dão em troca? Já para a contratação dos ecoguardas, não escolheram nenhuma pessoa de Pongara e é com isso que querem que as coisas funcionem?» «Essa história de parque, não vemos nem os responsáveis... são aqueles que têm os parques que devem vir discutir com as populações. Mas é você que nos coloca à frente.» «Aqui é minha casa. Meus avós estão aqui, meus pais também. Alguém vai vir nos proibir de caçar e plantar. Quando o elefante chega, ele devasta tudo em dois dias sem que sejamos indemnizados e vão nos dizer que precisamos protegê-lo. Essa situação quase me fez abandonar a aldeia» «Aqueles que querem proteger vão causar um êxodo rural, porque vivemos aqui da nossa comida. Temos nossos filhos em Libreville, todos os sábados, descemos para levar comida para eles. Se não pudermos mais fazer isso porque precisamos proteger os animais que vêm devastar as plantações, o que vamos fazer? Preferiremos ir embora» As comunidades também veem na não materialização dos limites do parque nacional e de sua zona periférica uma causa adicional de lesão. Essa materialização, em sua opinião, lhes teria permitido, para alguns, apreciar adequadamente as porções de seus territórios tradicionais que se encontram dentro do parque ou de sua zona periférica. As comunidades informam que, apesar de terem chamado várias vezes a ANPN para a gestão do conflito homem-fauna que se mostra recorrente em muitas aldeias, esta nunca veio em seu socorro, abandonando-as, portanto, ao seu desamparo. Ao final de nossas pesquisas participativas, os principais problemas a seguir foram identificados:

-- 35 de 44 --

36 «Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei a eles relativos» Relatório das pesquisas participativas em Pongara – Ausência de conhecimento do conceito, dos desafios e das oportunidades de um parque nacional; – Ausência de materialização dos limites do parque nacional; – Ausência de demarcação e materialização da zona periférica e da zona tampão; – Existência do conflito homem-elefante; – Ausência de aplicação de métodos e técnicas de gestão participativa dos recursos do parque com as comunidades; – Ausência de reconhecimento e consideração dos direitos das comunidades na gestão do parque nacional; – Ausência de valorização dos conhecimentos e saberes locais; – Ausência de medidas alternativas, como microprojetos de desenvolvimento, emprego, ecoturismo comunitário, etc., à proibição da caça;

-- 36 de 44 --

37 As principais ameaças que pesam sobre os recursos do parque nacional Vii. AS pRincipalES AMeAçAS qUE PESAM SObRE OS RECURSOS do paRc nacional Uma rápida análise das atividades realizadas no parque nacional de Pongara e sua periféria nos permite identificar atividades que têm um impacto certo sobre esse meio e os recursos que ele comporta. No capítulo das principais ameaças que atualmente pesam sobre o parque nacional de Pongara, notaremos os seguintes elementos: VII.1 A exploração florestal. Como se pode constatar, existe uma intensa atividade de exploração florestal na zona de Pongara, não apenas para fins de construção pelas comunidades, mas também para necessidades econômicas e com a facilitação dos operadores

econômicos. É oportuno lembrar que essa situação é justificada pelo fato de que toda essa região faz parte da primeira zona de exploração florestal do país. As antigas trilhas florestais e as marcações (anotações) das espécies realizadas pelos diferentes exploradores que se sucederam ao longo dos anos permitem e facilitam o trabalho dos serradores artesanais. Se o principal obstáculo para os serradores é a obtenção da motosserra, que é sua principal ferramenta de trabalho, esses últimos são ajudados pelas difíceis condições de acesso (o isolamento) que não permitem que os agentes das Águas e Florestas realizem controles regulares. VII.2 A caça furtiva. A extração excessiva e ilegal de caça constitui uma das atividades dos caçadores furtivos autoctones ou estrangeiros na região. A principal causa das pressões sobre a fauna e seus habitats é a caça intensiva motivada, na maioria das vezes, pelo desenvolvimento do comércio internacional ilícito de troféus, notadamente as pontas de marfim e as peles, que se tornaram muito lucrativas, e a venda da caça no mercado de Libreville. A atividade de caça furtiva funciona em uma rede bem organizada e estruturada da seguinte maneira: no topo da escala, temos os caçadores. Estes estão em contato permanente com os recursos, os extraem e os disponibilizam para os outros atores.

38 «Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei a eles relacionados» Relatório das pesquisas participativas em Pongara Ao lado dos caçadores, temos intermediários que garantem em parte os aprovi- sionamentos daqueles que não conseguem ou se recusam a se deslocar para os vilarejos. Os transportadores, também chamados de convoyeurs, compõem o grupo de atores que favorece o transporte de cargas de carne de caça e outros produtos úteis da margem esquerda do Komo para a margem direita como destino final e mais precisamente para o mercado de Oloumi. Os caçadores estão armados com uma arma de calibre 12 e praticam a caça noturna. Quando não são proprietários da arma, os caçadores têm patrocinadores que lhes fornecem armas e munições em troca de uma remuneração ou de uma parte do gibier abatido. E também acontece que os patrocinadores fornecem apenas as muni- tions a caçadores armados em troca de uma parte do gibier abatido; VII.3 Aumento da extração de recursos pesqueiros Trata-se de uma problemática essencialmente voltada para o setor da pesca. De fato, este setor enfrenta o problema da caça ilegal de recursos pesqueiros, o que é uma preocupação para as autoridades locais. É importante ressaltar que essa caça ilegal é predominantemente realizada por pescadores que vêm de fora e por grandes arrastões que se aventuram nessas águas. Essa situação é, aliás, a origem de conflitos permanentes que existem entre os pescadores artesanais nacionais e os estrangeiros, resultando às vezes em tensões sociais, movimentos xenofóbicos e brigas entre os diferentes atores do setor.

39 Recomendações / hipóteses de soluções VIII. RECOMENDAÇÕES / HIPÓTESES DE SOLUÇÕES Ao final de nossas pesquisas participativas e com base nos principais problemas identifi- cados, dos quais a essência está presente neste relatório, permitimo-nos fazer algumas recomendações. Embora estas não constituam uma panaceia para todos os problemas acima inventariados, acreditamos que podem servir como base de reflexão para sua resolução. VIII.1 Educar, Formar e Sensibilizar as comunidades sobre a lei dos parques nacionais e a gestão sustentável dos recursos naturais Um dos pré-requisitos para os gestores do parque deve consistir em uma ampla vulgari- sação da lei dos parques, que aborda amplamente os contornos, os desafios e as modalidades de criação e gestão dos parques nacionais. Ao analisar as diferentes declarações das comunidades, parece que elas dispõem de muito poucas informações sobre o parque nacional. De fato, quanto mais nos afastamos da Pointe-Dénis, mais constatamos que as comunidades estão menos informadas. Mais do que uma simples

informação sobre o conteúdo da lei, acreditamos que também deve haver um foco em formações relacionadas às técnicas de gestão sustentável dos recursos naturais. A lei dos parques nacionais, através de seu artigo 2, abunda de maneira explícita nesse sentido ao falar da informação, da educação e da comunicação ambiental como ferramentas de promoção da política de proteção e valorização sustentável dos parques nacionais. O mesmo se aplica à Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais. De fato, em seu artigo xx, que trata do fortalecimento de capacidades, educação e formação, este texto menciona claramente que é dever dos Estados-partes trabalhar para promover a educação, a formação e a sensibilização das populações em todos os níveis em matéria de meio ambiente, para que elas tomem melhor consciência da estreita dependência em que se encontram em relação aos recursos naturais e compreendam

40 «Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei a eles relacionados» Relatório das pesquisas participativas em Pongara melhor as razões e as regras da utilização sustentável desses recursos. Dessa forma, essa sensibilização/formação poderá ser feita através de folhetos ou panfletos redigidos em francês simples e eventualmente ilustrados por desenhos para facilitar a compreensão de uma grande maioria da população. VIII.2 Estabelecer um quadro concertado de gestão dos recursos naturais Os desafios políticos em nível internacional e a busca por soluções alternativas às orientações clássicas de gestão das florestas são a origem da exploração de novas abordagens de gestão dos recursos naturais (Nguinguiri, 1997). Hoje, a evolução das práticas de gestão é a transição de uma abordagem centralista para uma abordagem participativa (gestão participativa ou contratual). Essa visão foi, aliás, ratificada pelo nosso legislador através dos artigos 18 e 45, que preveem, no âmbito da gestão dos parques nacionais, a criação de comitês consultivos de gestão locais, nos quais os responsáveis pelo parque cooperam com as autoridades locais. Esses comitês aparecem, portanto, como quadros adequados de concertação entre os gestores da Área Protegida e os outros atores que intervêm no parque, seja de maneira direta, seja de maneira indireta. Através deles, será então possível abordar todas as questões relacionadas à gestão do parque nacional, visando estabelecer uma política de gestão que beneficie os diferentes atores. Esse quadro também servirá como uma circunstância perfeita para abordar o tema das ameaças que pesam sobre os recursos naturais do parque nacional. A dificuldade no âmbito dessa atividade residirá certamente na escolha das pessoas e entidades que devem integrar essa dinâmica. Por isso, é importante que os gestores do parque se concentrem nos aspectos práticos, garantindo a criação de um comitê suficientemente leve, mas representativo das diferentes componentes que atuam em Pongara. O comitê deve necessariamente reunir os gestores do parque, as autoridades administrativas, os representantes das comunidades locais, os representantes dos operadores econômicos, os representantes das ONGs que trabalham na área e, eventualmente, o representante dos exploradores florestais. VIII.3 Proceder, por um lado, à materialização dos limites do parque e, por outro lado, à delimitação e à materialização das zonas de amortecimento e periféricas do parque nacional Para torná-lo visível não apenas para as comunidades ribeirinhas, mas também para todos os outros usuários, acreditamos que um trabalho prioritário de materialização dos limites do parque deve ser realizado em campo. A esse trabalho prévio deve ser acrescentada a delimitação e a materialização das zonas de amortecimento e periféricas do parque nacional. E para maior eficácia, recomendamos o uso do método de mapeamento participativo. VIII.4 Reconhecer os territórios comunitários, levar em conta os direitos consuetudinários e valorizar os saberes locais das comunidades na gestão do parque A convenção internacional sobre a biodiversidade adotada durante a cúpula da terra, realizada no Rio em junho de 1992, recomenda aos Governos que «preservem os métodos tradicionais de conservação e de uso sustentável da diversidade biológica e se inspirem o mais

amplamente possível neles, envolvendo plenamente as populações afetadas em seus esforços». Para Posey (1995), cada povo possui seu TEK (Conhecimento Ecológico Tradicional), ou seja, um conjunto de conhecimentos ecológicos tradicionais. Além disso, na África, o discurso dos decisores políticos no campo da gestão dos recursos naturais evoluiu significativamente. Eles insistem cada vez mais em uma real implicação das populações locais nas decisões relativas à gestão dos recursos de seus territórios. De fato, em seu artigo XVII, que trata dos Direitos Tradicionais das Comunidades Locais e

Conhecimentos Tradicionais, a Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais faz as seguintes recomendações: 1. As Partes adotam medidas legislativas e outras para garantir que os direitos tradicionais e de propriedade intelectual das comunidades locais, incluindo os direitos dos agricultores, sejam respeitados, de acordo com as disposições da presente Convenção. 3. As Partes tomam as medidas necessárias para permitir uma participação ativa das comunidades locais no processo de planejamento e gestão dos recursos naturais dos quais dependem, a fim de suscitar incentivos, em nível local, para a conservação e o uso sustentável desses recursos. Essa lógica também é apoiada pela lei dos parques nacionais em seu artigo 21, quando recomenda à administração dos parques que elabore os planos de gestão dos parques nacionais após consulta a todas as partes interessadas, incluindo as comunidades da zona periférica e aquelas que vivem, se for o caso, dentro do parque no momento de sua criação. Para o legislador, o plano de gestão deve necessariamente levar em conta os usos, direitos consuetudinários e territórios ancestrais das comunidades. É desnecessário dizer que a implementação dessas diferentes recomendações legais só poderá contribuir para uma melhor gestão dos recursos do parque. Pois se as comunidades estão envolvidas e seus direitos são levados em conta, elas podem se tornar verdadeiros aliados para a administração do parque nacional. Em Pongara, particularmente, o reconhecimento dos territórios comunitários é, em nossa opinião, uma etapa bastante crucial e quase inevitável, pois, independentemente da solução que for adotada, sempre haverá presenças humanas dentro do parque nacional. VIII.5 Gerir o conflito Homem-Animal Neste aspecto, as comunidades afirmam sofrer mais desastres por parte dos elefantes. Para elas, o elefante representa um obstáculo considerável à prática das atividades agrícolas. Em algumas aldeias, como Makok, a atividade agrícola foi definitivamente abandonada devido às numerosas incursões dos rebanhos de elefantes nos campos.

43 Recomendações / hipóteses de soluções Para contribuir para a resolução deste conflito, a organização Aventure Sans Frontière desenvolveu um folheto apresentando as diferentes técnicas que podem ser utilizadas nestas circunstâncias. Além da divulgação desta ferramenta, acreditamos que a administração do parque deve, de forma concertada com as comunidades, definir soluções adequadas e apoiar a aplicação das mesmas. VIII.6 Desenvolver alternativas à caça Para limitar a pressão exercida sobre a caça no parque nacional, consideramos prudente desenvolver de forma participativa alternativas à caça. Esta preocupação foi, a propósito, amplamente levantada pelas comunidades durante nossa passagem. As áreas de prioridade identificadas são as seguintes: – o desenvolvimento de microprojetos e atividades geradoras de renda nas aldeias; – o fortalecimento das capacidades agro-silvo-pastoris das comunidades (agricultura, pecuária, Produtos Florestais Não Madeireiros e organização dos mercados); – o desenvolvimento do ecoturismo e a valorização dos saberes locais. Outro aspecto bastante importante que foi levantado pelas comunidades é a questão da criação de emprego. De fato, elas se indignam pelo fato de que o corpo dos ecoguardas não inclui nenhum membro das aldeias afetadas. VIII.7 Recomendações sobre a elaboração e a implementação do plano de gestão É fundamental que a Agência Nacional dos Parques Nacionais defina um processo claro, transparente e participativo para a elaboração e implementação dos planos de gestão dos

parques nacionais em Gabão. Este processo deve garantir a inclusão, desde a base, não apenas das comunidades, mas também da sociedade civil que trabalha na área da gestão sustentável dos recursos naturais. O objetivo aqui é que todos possam se reconhecer nos planos de gestão elaborados e, assim, contribuir de forma eficaz para sua implementação.

44 "Facilitar a participação das comunidades na gestão dos parques nacionais e na elaboração dos textos de lei relacionados" Relatório das pesquisas participativas em Pongara Imprimido por ALSEM (ONG Membro da plataforma FLEGT)